ISSN: 1641-4713; e-ISSN: 2081-1160
DOI: https://doi.org/10.36551/2081-1160.2026.37.373-396

O protagonismo, a perseguição e a cassação de Marina São Paulo de Vasconcellos durante a ditadura civil-militar na UFRJ

The protagonism, persecution and expulsion of Marina São Paulo de Vasconcellos during the civil-military dictatorship at UFRJ

Andréa Cristina de Barros Queiroz[1]
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/Brasil)
ORCID iD: https://orcid.org/0000-0002-7173-375X
E-mail: andreaqueiroz@sibi.ufrj.br

Recepção: 16.02.2026
Aprovação: 12.04.2026

Resumo: Este artigo analisa o protagonismo de Marina São Paulo de Vasconcellos como a primeira e única mulher catedrática em Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB), atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Além de sua trajetória como professora na instituição, destaca-se sua atuação para a consolidação da Antropologia como ciência autônoma e sua gestão como diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ até ser impactada pelo autoritarismo e a violência da ditadura civil-militar no país, que além de persegui-la, aposentá-la compulsoriamente e prendê-la, a impediu de exercer o magistério no local que a formou. Por fim, foi desenvolvida a ideia de como seu legado permanece nos lugares de memória e nas memórias de várias gerações de cientistas sociais e historiadores dentro e fora da Universidade.

Palavras-chave: ditadura civil-militar; memória institucional; universidade; protagonismo feminino

[1] Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/1838955922491509

Abstract: This article examines the pioneering role of Marina São Paulo de Vasconcellos as the first and only female full professor of Anthropology at the National School of Philosophy (FNFi) of the University of Brazil (UB), now the UFRJ. In addition to her career as a professor at the institution, her work toward the consolidation of Anthropology as an autonomous science and her tenure as director of the Institute of Philosophy and Social Sciences (IFCS) at UFRJ stand out - until she was affected by the authoritarianism and violence of the country's civil-military dictatorship, which not only persecuted her, forced her into retirement, and imprisoned her, but also prevented her from teaching at the very institution where she had been trained. Finally, the discussion explored how her legacy endures in places of memory and in the recollections of several generations of social scientists and historians both within and outside the University.

Keywords: civil-military dictatorship; institutional memory; university; female protagonism

A JOVEM MARINA

Marina Delamare São Paulo de Vasconcellos nasceu em 25 de março de 1912, no início da vida republicana na capital federal, no Rio de Janeiro. Ainda pequena, teve que lidar com o trágico evento da perda de sua mãe e irmão, que não sobreviveram ao parto. A partir de então, Marina passou a viver com os avós paternos e pouco conviveu com a nova família de seu pai, que teve dois filhos de um novo casamento. Mesmo sendo órfã de mãe e estando distante do pai, Marina era de uma família privilegiada, o que lhe garantiu uma educação de qualidade em um renomado colégio privado. A jovem estudou no tradicional Colégio Jacobina, em Botafogo, do professor Américo Jacobina Lacombe, local em que posteriormente muitas de suas colegas de Universidade também estudaram, como a historiadora Eulália Maria Lahmayer Lobo.

Com vinte anos, ingressou na Faculdade de Direito da recém-criada Universidade do Rio de Janeiro[2] (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). Durante a graduação, casou-se com um colega de turma, Antônio Andrade Pacheco, mas ficou viúva em seu primeiro ano de matrimônio. Casou-se novamente, em 1945, com o capitão do Exército Isacir Telles Ribeiro e, de maneira vanguardista, separou-se no início dos anos 1950. É importante lembrar que a lei do divórcio no Brasil começou a vigorar em 26 de dezembro de 1977, antes disso só era permitido o desquite. Portanto, ser uma mulher desquitada, nos anos 1950, significava que apenas era possível a separação de corpos e bens, mas não se rompia

[2] A Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi criada em 7 de setembro de 1920 pelo Decreto nº 14.343, de Epitácio Pessoa.

o vínculo conjugal. A sua formação como bacharela em Direito contribuiu para que Marina lutasse por sua emancipação.

Após concluir sua primeira formação, Marina resolveu cursar História, em 1936, por grande influência de seu Mestre Lacombe, nas primeiras turmas da Universidade do Distrito Federal (UDF),[3] quando em 1939, precisou ser transferida para a recém-fundada Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da Universidade do Brasil (UB),[4] assim como seus colegas e professores, pois a UDF foi extinta pela ditadura do Estado Novo.

FIGURA 1 - MARINA SÃO PAULO DE VASCONCELLOS – ACERVO IFCS UFRJ.

É importante destacar que a criação da FNFi se relacionava ao projeto modernizador e nacionalista de Getúlio Vargas para a Universidade do Brasil. A nova faculdade tinha por objetivo preparar candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, como destacou Marieta de Moraes Ferreira (2014, p. 32) e por isso mesmo passou a receber um corpo social formado por mais mulheres. A FNFi incorporou vários cursos, professores e estudantes da extinta UDF, e du-

[3] A UDF foi um projeto do educador escolanovista Anísio Teixeira, que em suas bases definia como princípio o estímulo à cultura, à pesquisa científica, literária e artística para a formação de profissionais e técnicos, e para prover a formação do magistério em todos os seus graus. O projeto da UDF, apesar de inovador, encontrou muitas resistências, durando até o Golpe do Estado Novo quando a Universidade foi fechada (Ferreira, 2013, p. 21-22).

[4] A Universidade do Rio de Janeiro foi transformada em Universidade do Brasil (UB) pela Lei 452 de 5 de julho de 1937.

rante três décadas foi a responsável pela formação dos professores de várias áreas do conhecimento na UB. Em 1968, durante a ditadura civil-militar, foi desmembrada e dissolvida definitivamente. A FNFi foi um dos espaços em que o controle e a perseguição por parte dos gestores da Universidade Federal do Rio de Janeiro[5] e dos agentes do governo autoritário foram mais expressivos, antes mesmo do golpe, e se intensificaram no pós-golpe civil-militar com a instauração da ditadura no Brasil.

Foi diante deste cenário de efervescência, de lutas sociais e mudanças políticas e curriculares dentro da própria FNFi que Marina de Vasconcellos se formou e se tornou professora da Universidade. Dessa forma, a sua prática docente convergiu para essa encruzilhada de acontecimentos transformadores na FNFi, tornando-a primeira e única mulher a ocupar a Cátedra de Antropologia na Universidade, também protagonista na História das Ciências Sociais no país, na transformação da Antropologia como ciência autônoma no Brasil e na luta contra o autoritarismo dentro da academia e na sociedade.

O PROTAGONISMO DE MARINA NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Após se formar em História e Geografia na FNFi, Marina fez parte do primeiro curso de Aperfeiçoamento em Antropologia e Etnografia da UB, tendo desenvolvido a monografia intitulada "Movimentos contra-aculturativos: Palmares", na qual, orientada pelo professor catedrático de Antropologia e Etnografia da FNFi, Arthur Ramos, tratava do conceito de aculturação em seus três aspectos: aceitação, adaptação e reação, analisando as causas determinantes da formação do Quilombo dos Palmares. Desde a realização do referido curso, a UB passou a formar os primeiros especialistas em Antropologia no Rio de Janeiro (Ribeiro, 2018, p. 24).

Em 1941, após concluir o Aperfeiçoamento, Marina tornou-se substituta do professor Ramos na FNFi. Neste mesmo ano, o catedrático fundou, ao lado de representantes de várias associações científicas e congêneres, a primeira instituição brasileira dedicada ao tratamento científico da Antropologia e demais disciplinas correlatas, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE). De acordo com Ribeiro (2008, p. 23), a SBAE representou, por toda a década de

[5] A partir de 1965, no contexto da ditadura civil-militar (1964–1985), a Universidade do Brasil passou a se designar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), assim como todas as demais universidades do país que se tornaram federalizadas a partir de seus nomes (Queiroz, 2021b, p. 185).

1940, um importante fórum de incentivo ao desenvolvimento da pesquisa entre os primeiros titulados da FNFi.

Concomitante ao trabalho como professora substituta na Universidade, Marina se tornou secretária da SBAE. Portanto, o professor Ramos compartilhava com Marina não apenas a sua cátedra na UB, mas também a confiança na nova instituição que criou. Um ponto a ser destacado no contexto de surgimento SBAE é o atrelamento da pesquisa ao ensino, antes mesmo da existência dos laboratórios de pesquisa na Universidade, especialmente no campo das Ciências Sociais e das Humanidades. Porém, o cargo de Marina na Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia não era o de pesquisadora, demonstrando que, apesar do seu profissionalismo, ela não pôde ocupar um espaço dominado por homens.

Diante do exposto, é possível compreender a importância do conceito de gênero inserido neste estudo, assim como foi empregado por Joan Scott (1995) e reapropriado por Carmen Liblik (2017, p. 17) ao analisar as trajetórias de três gerações de historiadoras, suas formações e inserção como docentes no mercado de trabalho e no meio acadêmico numa época em que havia predomínio masculino. Analisando a dinâmica social entre Arthur Ramos e Marina de Vasconcellos dentro da SBAE, cabe entender que havia uma estrutura de poder ordenadora e hierarquizada dentro dessa sociedade científica, estabelecida por uma forma privilegiada de fundamentar as relações de poder baseadas na diferenciação sexual, que se refletia na diferenciação social, como apontou Liblik (2017, p. 17). Para Scott (1995, p. 75), "gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana". Sendo também uma forma de indicar "construções culturais que levam à criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres" (Scott, 1995, p. 75), o gênero, entendido aqui como uma categoria social, mostra como, mesmo tendo a mesma formação, homens e mulheres não desempenhariam as mesmas funções como pesquisadores.

De acordo com o estudo de Liblik (2015, p. 8) sobre a formação e profissionalização das historiadoras brasileiras, Marina de Vasconcellos se enquadra numa primeira geração de profissionais que se formaram no campo da História, entre 1934 e 1970, com a estrutura da Cátedra ocupada, em sua maioria, por professores homens, cisgêneros, brancos e oriundos de uma camada mais elitizada da sociedade.[6] Havia uma quase exclusividade de catedráticos homens no campo

[6] Para Liblik (2015, p. 15), a entrada mais expressiva das mulheres nas universidades se deu efetivamente a partir da década de 1930, após ser instituído o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, proposto pelo ministro da Educação de Getúlio Vargas, Francisco Campos.

das Ciências Sociais, inclusive porque a Antropologia, área de interesse e atuação de Marina de Vasconcellos, ainda estava se consolidando como ciência autônoma no Rio de Janeiro, ambiente de sua prática docente e pesquisadora.

Retomando a análise de sua trajetória como docente na UNB, Marina de Vasconcellos foi atravessada por outra fatalidade que alterou os rumos de sua vida e seu papel como pioneira nesse processo. Era 1949 quando o professor Ramos, em Paris, onde estava a convite da Unesco a fim de consolidar uma nova orientação em suas pesquisas que visavam "organizar no Brasil uma investigação sobre contatos entre raças ou grupos étnicos" (Ribeiro, 2008, p. 25), sofreu um infarto e faleceu. Tal acontecimento trouxe à tona o debate sobre a sucessão da cátedra de Antropologia e Etnografia na FNFi, que sempre fora ocupada por professores homens. Contudo, até aquele momento, era Vasconcellos quem lecionava a disciplina na ausência de Ramos.

Vale lembrar que Vasconcellos fora, desde a graduação, a aluna-assistente na FNFi; e quando o professor Ramos viajou para Europa, ele mesmo a havia indicado para a regência interina de sua Cadeira na Universidade do Brasil, durante o tempo que permanecesse na França – ela possuía experiência para tal propósito, sendo portanto, apta para ocupar a vaga, especialmente que na história das cátedras nas universidades brasileiras acontecia normalmente uma sucessão revezada entre mestres e assistentes, assim como era a relação entre Ramos e Vasconcellos.

É importante ressaltar, em sua trajetória profissional como professora de História e Geografia, que Marina de Vasconcellos lecionou na Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette como assistente da Cadeira de História da Idade Média, em 1942, e da Cadeira de Didática Especial de Geografia e História, em 1945. Também foi docente de História Geral e do Brasil no Colégio de Aplicação da FNFi. Além disso, em sua formação, fez o curso de Aperfeiçoamento de Museus e Biblioteconomia (Ribeiro, 2008, p. 26). Portanto, além da formação, possuía experiência profissional em diferentes espaços de ensino.

Após a morte de Ramos, Vasconcellos permaneceu como catedrática interina em Antropologia e Etnografia da FNFi, enfrentando disputas internas entre outros professores, todos homens com os mesmos cursos de aperfeiçoamento. Diante desse contexto, ela decidiu fazer um novo investimento estratégico em sua carreira: participar do concurso para livre-docente, apresentando, em 6 de junho de 1950, a tese "Alguns movimentos contra-aculturativos do Nordeste". Assim, com o título de livre-docente, poderia tentar ocupar definitivamente a Cátedra de Antropologia e Etnografia. Entretanto, ela resolveu aguardar, já que em 25 de

novembro de 1950 saiu sua nomeação como catedrática interina. Mesmo como interina, começava uma nova etapa na carreira de Marina de Vasconcellos como a primeira mulher catedrática no curso de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, e como uma das primeiras catedráticas da FNFi (Ribeiro, 2008, p. 27-28).

De acordo com Ribeiro (2008, p. 31), Marina jamais se submeteu ao concurso para a investidura na cátedra como efetiva, permanecendo, ao longo dos anos, como interina por causa das disputas internas entre os demais professores homens, revelando a cultura política predominantemente voltada para o gênero masculino na Universidade.

Para os estudantes, sua permanência como catedrática interina era um detalhe irrelevante - na prática, Marina de Vasconcellos ocupou a cátedra de Antropologia e Etnografia da Universidade do Brasil e, posteriormente, Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 1950 a 1968, formando e orientando diversas gerações de cientistas sociais.

Ao lembrar seu tempo de graduação, como aluna de Marina de Vasconcellos, a professora hoje aposentada do Departamento de Ciências Sociais da UFRJ, Yvonne Maggie destacou que estudava

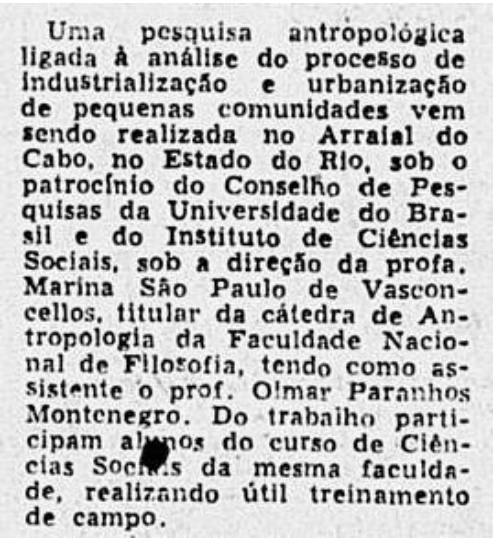
> Antropologia, com a catedrática D. Marina São Paulo de Vasconcellos, em cujo gabinete escuro o esqueleto do Zezinho reinava absoluto e uma vitrine guardava um corpo humano em cera, com vísceras de cores variadas, veias e artérias. Cabeças em gesso representavam as "raças" humanas (Maggie, 2012, p. 1).

Vasconcellos trouxe a atualidade da pesquisa à sua prática docente junto ao recém-criado Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Brasil, do qual foi presidenta. A nota que saiu no jornal *Correio da Manhã*, em 22 de novembro de 1962, comprova tal fato. A matéria mostra o desenvolvimento de uma pesquisa antropológica ligada à análise do processo de industrialização e urbanização em pequenas comunidades em Arraial do Cabo, no litoral Norte do Estado do Rio de Janeiro, que a professora Vasconcellos estava coordenando a frente do ICS, o que demonstra a sua relevância diante das pesquisas no campo da Antropologia e dentro da instituição, a ponto de ser noticiada no jornal. Ou seja, a importância da divulgação científica de seu trabalho para fora dos muros da Universidade, e o tratamento com que o periódico a apresentou, não apenas como coordenadora da pesquisa, mas também como a titular da cadeira.

O citado Instituto de Ciências Sociais da UB, foi fundado em 1958, na rua Marquês de Olinda, em Botafogo. A professora Marina de Vasconcellos foi sua conselheira, representando a FNFi neste início, e a sua presidenta, em 1965. Para Ribeiro (2008, p. 32), o ICS foi uma prova concreta do intento da Universi-

dade do Brasil em viabilizar a formação de pesquisadores em Ciências Sociais. Dessa forma, foram reunidas as faculdades que mantinham cursos afins às Ciências Sociais, como a Faculdade Nacional de Direito, a Faculdade Nacional de Filosofia, a Faculdade de Ciências Econômicas e o Museu Nacional, que indicavam seus respectivos representantes para compor o Conselho Diretor do ICS.

FIGURA 2 - *CORREIO DA MANHÃ,* 21363 (1), 22 NOV. 1962, P. 13.
HTTP://MEMORIA.BN.GOV.BR/DOCREADER/089842_07/34614.


Uma pesquisa antropológica ligada à análise do processo de industrialização e urbanização de pequenas comunidades vem sendo realizada no Arraial do Cabo, no Estado do Rio, sob o patrocínio do Conselho de Pesquisas da Universidade do Brasil e do Instituto de Ciências Sociais, sob a direção da profa. Marina São Paulo de Vasconcellos, titular da cátedra de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, tendo como assistente o prof. Olmar Paranhos Montenegro. Do trabalho participam alunos do curso de Ciências Sociais da mesma faculdade, realizando útil treinamento de campo.

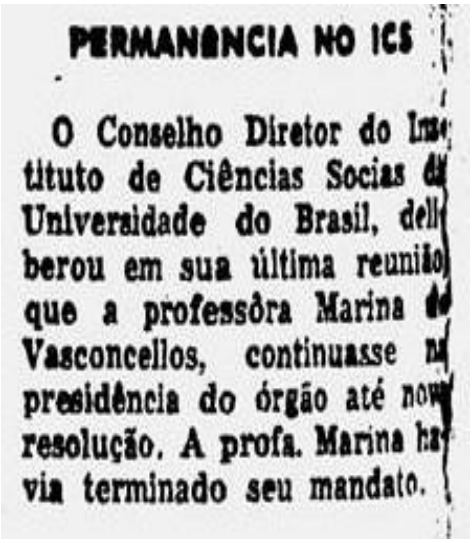
Como analisou Ribeiro (2008, p. 33), o ICS instituiu o tempo integral para a atividade de pesquisa e concedeu bolsas para que graduandos pudessem se iniciar como auxiliares dos professores e realizar o debate bibliográfico com textos indicados pelos catedráticos, muitos traduzidos pelos próprios pesquisadores. Além disso, eram ministrados cursos de extensão sobre métodos de pesquisa para estudantes da graduação.

A relevância da professora, não apenas para a cadeira de Antropologia da FNFi, mas para o próprio ICS era tamanha que o conselho diretor desejou a sua permanência no órgão, mesmo tendo encerrado o seu mandato como presidenta do Instituto, até uma nova resolução, como pode ser observado na nota do jornal *Correio da Manhã* (1966, p. 10).

Enfim, a professora Marina São Paulo de Vasconcellos fez história ao se tornar a primeira mulher a integrar o corpo docente do curso de Ciências Sociais da FNFi, além de ser a única mulher a ocupar a cátedra de Antropologia e Etno-

grafia na Universidade do Brasil e por ter sido, posteriormente, a primeira presidenta do ICS. Ao entender o protagonismo de Vasconcellos nas Ciências Sociais e na Universidade como a única mulher na cátedra de Antropologia, ainda na década de 1950, Michelle Perrot (2019, p. 20) destacou a importância de estudar a história das mulheres, não apenas como uma legitimação do campo, mas porque estavam ocupando, cada vez mais, espaços de destaque nas Universidades e em outras esferas da sociedade, mesmo enfrentando inúmeras dificuldades. No caso de Vasconcellos, por ser desquitada desde os anos 1950, quando se tornou catedrática, ainda precisava da permissão de seu ex-marido para trabalhar, já que ainda havia, por lei, um vínculo conjugal.[7]

FIGURA 3 - PERMANÊNCIA NO ICS. *CORREIO DA MANHÃ*, A22318 (2), 7 JAN. 1966, P. 10. HTTP://MEMORIA.BN.GOV.BR/DOCREADER/089842_07/68045.



PERMANÊNCIA NO ICS

O Conselho Diretor do Instituto de Ciências Socias da Universidade do Brasil, deliberou em sua última reunião que a professôra Marina de Vasconcellos, continuasse na presidência do órgão até nova resolução. A profa. Marina havia terminado seu mandato.

Nada disso conseguiu obstar a carreira de Vasconcellos. Com suas pesquisas, publicações, orientações e aulas, Vasconcellos promoveu a consolidação e a expansão da Antropologia como disciplina autônoma das Ciências Sociais, incentivando novas gerações de pesquisadores a se tornarem antropólogos e antropólogas.

[7] Nesse contexto, as mulheres casadas eram consideradas legalmente incapazes perante a lei (pelo Código Civil de 1916), precisando da autorização do marido para uma série de atos da vida civil, como trabalhar ou abrir uma conta bancária.

A PERSEGUIÇÃO E A CASSAÇÃO DE MARINA

Após o golpe de 1964 e a implementação da ditadura civil-militar, as universidades se tornaram um dos principais alvos da repressão, com o patrulhamento e perseguição a seu corpo social; controle sobre o que se ensinava e o que se pesquisava; censura às bibliotecas universitárias; coerção e expulsão de docentes, técnicos e estudantes considerados subversivos pelo governo militar, invasão e ações violentas dentro do ambiente das universidades, entre outras formas de controle autoritário.

Como destacou a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2014, p. 34) nos meses seguintes ao golpe de 1964, vários Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram abertos para apurar a existência de uma infiltração comunista na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Sob o comando do catedrático de História Antiga e Medieval e diretor da FNFi (1957 a 1963), Eremildo Luiz Vianna, vários docentes foram acusados e presos, enquanto alunos foram expulsos da instituição, sem direito a defesa. De acordo com os dossiês produzidos pelos órgãos de segurança nacional, com o aval e contribuição do ex-diretor da FNFi, ali funcionaria uma suposta célula comunista, sob o comando de vários professores, que deveriam ser vigiados e punidos. Tal acusação foi posteriormente desmentida pela Comissão de Investigação da Universidade do Brasil (CIUB), criada para apurar a suposta existência de uma ação comunista dentro da FNFi.

FIGURA 4 - FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, 16 OUT. 1963. ARQUIVO NACIONAL. *CORREIO DA MANHÃ*. FOTÓGRAFO: MANOEL. BR_RJANRIO_PH_0_FOT_06878_018.

A análise dos dossiês produzidos pelos órgãos de segurança no acervo Memórias Reveladas do Arquivo Nacional revela que o patrulhamento sobre as universidades e a comunidade acadêmica já existia antes mesmo do golpe e apenas se intensificou no pós-1964. Como mostra a figura 4, "os alunos se muniram de escadas para assistir uma conferência proibida na Faculdade Nacional de Filosofia", conforme estava escrito no verso da fotografia divulgada acima, publicada originalmente no jornal *Correio da Manhã*, em 16 de outubro de 1963, ou seja, o controle sobre os professores, sobre o que se ensinava e sobre os alunos já existia antes do golpe.

Para o historiador Rodrigo Motta (2014, p. 31), a FNFi não sairia incólume do processo de expurgo, como ficou conhecida a operação limpeza, que visava eliminar do cenário universitário todos os que fossem contrários à ditadura. Dessa forma, a FNFi atrairia o rancor dos grupos conservadores que apoiaram o golpe dentro da própria comunidade acadêmica da Universidade do Brasil, especialmente pela força de militância da esquerda estudantil dos anos anteriores.

FIGURA 5 - ANTES DA INVASÃO DA FACULDADE, A PM VIGIA O MOVIMENTO. FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA, 14 JUN. 1966. ARQUIVO NACIONAL. *CORREIO DA MANHÃ*. FOTÓGRAFO: FRANÇA. BR_RJANRIO_PH_0_FOT_06878_032.

Na figura 5, é possível analisar o momento de tensão que sempre antecedia a ação da polícia militar ao vigiar as manifestações estudantis ou invadir os espaços da Universidade de forma ostensiva e truculenta. Esse evento ocorreu em frente à Faculdade Nacional de Filosofia no dia 14 de junho de 1966, e o registro fotográfico foi feito pelo repórter do jornal *Correio da Manhã* no momento que antecedeu a tentativa de invasão da FNFi pela PM. Neste mesmo ano de 1966, na madrugada de 23 de setembro, ocorreu o Massacre da Praia Vermelha, que consistiu na invasão da Faculdade Nacional de Medicina (FNM) da UFRJ pelas forças policiais militares, deixando 600 estudantes da Universidade feridos.

Diante deste contexto de acirramento e consolidação da ditadura ocorreu a Reforma Universitária de 1968, a qual contribuiu, dentre outras ações, para desmantelar a FNFi e acabar com o regime de cátedras. Um dos grandes defensores e idealizadores dessa Reforma foi o reitor da UFRJ, o professor Raymundo Moniz de Aragão (reitor 1966–1969)[8], que também foi ministro da Educação e Cultura interino, de 30 de junho a 4 de outubro de 1966.

Enquanto esteve à frente do MEC, Moniz de Aragão promoveu as primeiras leis relativas à Reforma Universitária. Como destacou Helena Bomeny (1993, p. 7), Moniz de Aragão insistia na ideia de uma série de medidas efetivadoras que iriam desde a reforma de estatutos e regimentos, modificações e construções de edifícios, adaptações funcionais e arquitetônicas, até a implantação de novos currículos, novas formas de ensinar e novas concepções da instituição. Assim, os decretos-lei nº 53, de 1966 e nº 252, de 1967 seriam as "espinhas dorsais do espírito que presidiu à reforma de 1968" (Bomeny, 1993, p. 3). Em 28 de novembro de 1968, pela Lei nº 5540, foi efetivada a Reforma Universitária.

De acordo com Queiroz (2021b, p. 187), a participação do reitor Moniz de Aragão no governo militar como ministro da Educação e Cultura demonstrava não apenas o seu apoio à ditadura, mas, sobretudo, quanto a gestão da Universidade estava alinhada ao projeto educacional cívico-militar do governo autoritário. Outros ex-reitores da UFRJ também participaram do governo ditatorial dentro do Conselho Federal de Cultura (CFC): Pedro Calmon M. de Bittencourt, reitor de 1951–1966, Djacir Lima Menezes, reitor de 1969–1973 e principal responsável pela aposentadoria compulsória de 45 docentes da UFRJ, e Deolindo Augusto de Nunes Couto, reitor de 1950–1951.

Segundo Tatyana Maia (2014, p. 52), a participação ativa de intelectuais no interior do Ministério da Educação e Cultura expôs uma das faces do regime

[8] Sobre o reitor Raymundo Moniz de Aragão, ver: Queiroz e Paes, 2022.

que se instalou no país com o golpe de 1964. Liderada pelos militares, a ditadura contou com a colaboração de civis no controle, na vigília e na denúncia como estratégias da sua manutenção. Portanto, com a Reforma Universitária e com o Ato Institucional nº 5 (AI-5) de 13 de dezembro de 1968, a ditadura se consolidava, obtendo o apoio de parte da sociedade e meios mais eficientes para um controle de qualquer manifestação contrária ao governo autoritário dentro das universidades e em diferentes espaços político-sociais. É necessário lembrar que o corpo social das universidades, desde o golpe, já vinha sendo vigiado, perseguido, expulso e preso. Após 1968, houve uma intensificação das ações arbitrárias respaldadas por mecanismos legislativos autoritários, com o consentimento de parte da comunidade que apoiava e legitimava a ditadura.

Luiz Antônio Cunha (2007, p. 22) chamou atenção para o fato de que a ditadura assumiu contornos mais nítidos no final de 1968 com o AI-5, que acionou mecanismos inéditos de controle do aparelho universitário e escolar, mas ressaltou que seria ingenuidade supor que, antes mesmo de 1964, a Universidade do Brasil apresentava-se como autônoma. Foi diante deste cenário de aprofundamento da ditadura que a FNFi foi destruída e desmembrada em faculdades, escolas e institutos. A Reforma Universitária também possibilitou a criação dos departamentos ao mesmo tempo que as cátedras e o sistema seriado de ensino foram extintos, além de incentivar a criação de alguns Programas de Pós-graduação, sobretudo nas áreas de Tecnologia e Saúde, em detrimento das Ciências Humanas, Letras e Artes.

Cabe ressaltar que, quando ocorreu o desmembramento da FNFi em novos cursos, departamentos e institutos, a maior parte de seu corpo docente já havia sido aposentado de forma compulsória da UFRJ, completando dessa maneira a já mencionada operação limpeza. A FNFi também foi o local da Universidade com mais estudantes perseguidos e expurgados, logo após o golpe e nos anos subsequentes, especialmente após o Decreto-Lei 477, de fevereiro de 1969, considerado o AI-5 das universidades pelo seu caráter coercitivo e sem direito à defesa. Professores, estudantes e técnico-administrativos acusados de subversão ao regime eram punidos com a expulsão da universidade, sem o direito de retorno a qualquer outro estabelecimento de ensino público ou privado por um determinado período (Queiroz, 2021a, p. 215).

O cenário de desmembramento da FNFi durou até sua extinção, com a constante perseguição e patrulha sobre os professores da Universidade. E foi diante disso que Marina São Paulo de Vasconcellos, que havia sido diretora da FNFi e a última presidenta do Instituto de Ciências Sociais, tornou-se a chefe do

departamento de Ciências Sociais e a figura central na criação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, que reuniu, por fim, os cursos de Ciências Sociais, História e Filosofia da antiga FNFi. Enquanto o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) estava sendo criado, as atividades do Instituto de Ciências Sociais (ICS) se mantiveram. Segundo Ribeiro (2008, p. 34), a professora Marina de Vasconcellos sempre esteve atenta para que não faltassem os recursos básicos para a consecução das pesquisas.

Portanto, o IFCS foi oficialmente criado em 13 de março de 1967, pelo Decreto-Lei nº 60455. Da mesma maneira que a FNFi foi uma das unidades mais vigiadas da Universidade, com o IFCS não seria diferente; de modo geral, o novo Instituto sofreu diversos ataques do governo autoritário, repressão e patrulhamento sobre o seu corpo social, e ameaças diretas de invasão pelas forças policiais, assim como ocorreu na FNFi e na FNM em 1966 e posteriormente ocorreria em 21 de junho de 1968 no Teatro de Arena Carvalho Netto no *campus* da Praia Vermelha da UFRJ.

O antropólogo e professor Gilberto Velho, que foi aluno de Marina São Paulo de Vasconcellos e estudou na FNFi e no IFCS neste contexto de transição, descreveu como era o cotidiano na Universidade durante a ditadura, com a perseguição e aposentadoria compulsória dos primeiros docentes:

> Nós chegamos num momento muito ruim, muito difícil, em que a faculdade tinha perdido alguns dos seus melhores professores. Encontramos o curso de Ciências Sociais, particularmente, muito desorganizado, fragmentado. Efetivamente, no primeiro ano, tivemos um curso de antropologia que era bem organizado, dirigido pela professora Marina São Paulo de Vasconcelos. Ela era uma espécie de referência permanente pela sua seriedade, era uma pessoa honesta, íntegra, muito respeitada. Não era uma figura que tivesse grande liderança intelectual, mas era a catedrática e administrava a cátedra dela de uma maneira muito rigorosa. As aulas começavam às sete da manhã, e os professores davam aula sempre, não faltavam. Mas as disciplinas de antropologia, no primeiro ano, não eram muito fascinantes para mim. Tínhamos antropologia biológica, que na época era basicamente osteometria, e havia uma introdução à antropologia cultural. Não era a antropologia mais moderna da época (Velho, 2001, p. 186).

Vale refletir sobre essa lembrança do antropólogo e professor Gilberto Velho, em que se percebe, ao mesmo tempo, um reconhecimento da professora Marina de Vasconcellos como uma referência na sua cátedra a sua gestão, mas também se identifica uma menção desprestigiando a sua liderança intelectual. Tal impressão é de se estranhar, já que Vasconcellos sempre esteve à frente dos espaços de pesquisa, dentro e fora da instituição, como no SBAE e no ICS. Mais uma vez é perceptível a visão machista sobre o trabalho intelectual das mulheres na coordenação e liderança de projetos de pesquisa.

É importante ressaltar também que, apesar do IFCS e de seu corpo social estarem na mira das forças da repressão, existia um importante movimento de resistência dos estudantes e dos professores, como a mobilização de vigília para a realização de diversas palestras, debates e discussões políticas proibidas pela ditadura e que ocupavam as dependências do Instituto (Queiroz, 2021a, p. 222).

Foi neste quadro de profunda tensão dentro do IFCS, que a professora Marina São Paulo de Vasconcellos, sem qualquer vínculo com nenhuma entidade política, assumiu a direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Entretanto, mesmo com a confiança dos colegas, Vasconcellos foi bastante vigiada, assim como os demais docentes, técnicos e estudantes, pelos mecanismos de segurança nacional e acabou fazendo uma "gestão barril de pólvora" (Ribeiro, 2008, p. 34), atraindo para si a hostilidade dos setores da repressão mais radicais, já que foi uma ferrenha defensora da autonomia universitária, o que contrariava o *status quo* do regime ditatorial e da própria gestão da UFRJ.

Como diretora do IFCS, procurou manter um espaço acadêmico de liberdade e de legalidade, posicionando-se contra toda forma de extremismo, ao mesmo tempo em que adquiria uma especial sensibilidade para lidar com os jovens alunos, protegendo-os, bem como a colegas, em sua integridade física e moral (Ribeiro, 2008, p. 35).

O processo de truculência e radicalização no IFCS atingiu seu auge, com a realização, por órgãos de repressão, de um atentado a bomba ao prédio da Rua Marquês de Olinda, em Botafogo, onde já funcionava o ICS e passou a funcionar o IFCS, noticiado no *Jornal do Brasil* de 4 de outubro de 1968: "Bomba caseira explode de madrugada no jardim do Instituto de Filosofia". A colega de Vasconcellos, a historiadora e professora Eulália Lobo relembrou, em entrevista, o momento do atentado a bomba no Instituto, ressaltando a importância de Marina de Vasconcellos como diretora do IFCS e de sua própria aposentadoria compulsória pela Universidade, assim como a dos demais colegas.

> Colocaram-se bombas, no IFCS, em Botafogo [...]. Uma bomba explodiu à noite no jardim do IFCS. Eu, Bruno Alípio Lobo e Gilberto Velho fomos tentar impedir, mas somente nós, e o porteiro estávamos lá no meio da noite, alertados por Marina São Paulo de Vasconcellos [...]. Houve uma tentativa de impedir a invasão da polícia, do Exército, da Aeronáutica; fez-se um programa permanente de aula, sem cessar, para impedir que os militares dominassem a universidade. Depois a situação agravou-se ainda mais e, então, veio a expulsão. Uma medida arbitrária tomada sem processo, sem defesa, porque não havia acusação (Lobo, 2003, p. 246).

Em 3 de janeiro de 1968, Marina de Vasconcellos foi eleita, por aclamação dos colegas da congregação, a primeira representante do corpo docente do

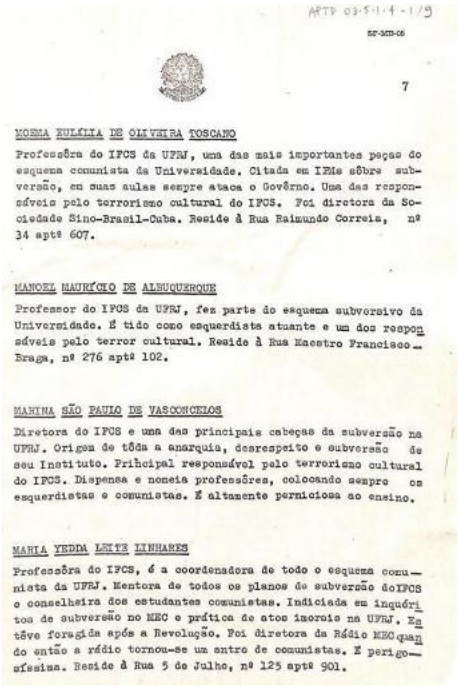
IFCS no Conselho Universitário da UFRJ. Em entrevistas à Ribeiro (2008, p. 34), a maioria do corpo docente do IFCS relatou que a professora, apesar de não ter vínculo com nenhum partido ou organização de esquerda, possuía ideais humanistas que a levaram para uma firme defesa do IFCS e da manutenção da integridade física e moral de seus membros, posicionando-se contra toda forma de extremismo, e discordando de inúmeras ações de protesto lideradas pelos estudantes, mas protegendo-os da repressão dentro dos muros da Universidade. Como observa a professora Maria Stella Amorim, no relato concedido a Ribeiro (2008, p. 34), em 17 de março de 1999:

> Os policiais entravam e ela enfrentava. Fez uma aliança com os alunos, uma estratégia de impedir a entrada da força policial no Instituto. Alunos ficavam, às vezes, à noite, no Instituto para dormir lá, para escapar da repressão. Ela foi a "mãe" dos alunos naquele tempo. Se não fosse d. Marina, as coisas teriam ficado muito mais difíceis (Maria Stella Amorim, *apud* Ribeiro, 2008, p. 34).

Como dito, após o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, houve o acirramento da ditadura, impactando a sociedade, a política, a cultura e culminando na perseguição às universidades e instituições de pesquisa, na expulsão de grande parte de seu quadro intelectual sob a forma eufêmica de aposentadoria compulsória. Tal ação atingiu diretamente a UFRJ, com o chamado esvaziamento científico, intelectual, cultural, social e político, já que muitas pesquisas e projetos foram interrompidos. Ao todo foram quarenta e cinco professores[9] cassados pelo governo autoritário com o aval da instituição.

[9] Sobre os 45 professores cassados pela UFRJ durante a ditadura civil-militar ver: Queiroz, 2018.

FIGURA 6 - PRONTUÁRIOS DOS PROFESSORES. OFÍCIO 171, P. 7, 5 FEV. 1969. MEC/DSI. ARQUIVO NACIONAL. MEC - APTD_03.5.1.4-001.



APTD 03.5.1.4 - 1/9

SF-MEC-68

7

MOEMA EULÁLIA DE OLIVEIRA TOSCANO

Professôra do IFCS da UFRJ, uma das mais importantes peças do esquema comunista da Universidade. Citada em IPMs sôbre subversão, em suas aulas sempre ataca o Govêrno. Uma das responsáveis pelo terrorismo cultural do IFCS. Foi diretora da Sociedade Sino-Brasil-Cuba. Reside à Rua Raimundo Correia, nº 34 aptº 607.

MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE

Professor do IFCS da UFRJ, fez parte do esquema subversivo da Universidade. É tido como esquerdista atuante e um dos responsáveis pelo terror cultural. Reside à Rua Maestro Francisco Braga, nº 276 aptº 102.

MARINA SÃO PAULO DE VASCONCELOS

Diretora do IFCS e uma das principais cabeças da subversão na UFRJ. Origem de tôda a anarquia, desrespeito e subversão de seu Instituto. Prihcipal responsável pelo terrorismo cultural do IFCS. Dispensa e nomeia professôres, colocando sempre os esquerdistas e comunistas. É altamente perniciosa ao ensino.

MARIA YEDDA LEITE LINHARES

Professôra do IFCS, é a coordenadora de todo o esquema comunista da UFRJ. Mentora de todos os planos de subversão do IFCS e conselheira dos estudantes comunistas. Indiciada em inquéritos de subversão no MEC e prática de atos imorais na UFRJ. Esteve foragida após a Revolução. Foi diretora da Rádio MEC quando então a rádio tornou-se um antro de comunistas. É perigosíssima. Reside à Rua 5 de Julho, nº 125 aptº 901.

Na figura 6, está um ofício assinado pelo assessor da Divisão de Segurança da Informação (DSI), Odin Casses, encaminhado ao chefe de Gabinete do ministro da Educação e Cultura, Faverino Mercio, com cópia para o Gabinete do ministro da Marinha, contendo uma espécie de prontuário de cada professor que seria aposentado de forma compulsória pela Universidade. Ao longo do documento foram citados, praticamente, todos os docentes da UFRJ e de outras instituições, que foram cassados naquele ano de 1969. Na folha 9 do ofício, onde consta o nome da professora Marina São Paulo de Vasconcellos, também constam outros professores do IFCS: Moema Eulália de Oliveira Toscano, Manoel Maurício de Albuquerque e Maria Yedda Leite Linhares. O documento descreve a professora Marina de Vasconcellos da seguinte forma:

> MARINA SÃO PAULO DE VASCONCELOS. Diretora do IFCS e uma das principais cabeças da subversão na UFRJ. Origem de toda a anarquia, desrespeito e subversão de seu Instituto. Principal responsável pelo terrorismo cultural do IFCS. Dispensa e nomeia professores, colocando sempre esquerdistas e comunistas, e altamente perniciosa ao ensino (Casses, 1969, p. 9).

Tanto Marina de Vasconcellos quanto os demais professores citados no documento são descritos como comunistas ou apoiadores do comunismo dentro da Universidade e todos são considerados subversivos. Em alguns casos ainda aparecem seus endereços residenciais. Para Motta (2014, p. 25), esse controle era importante por parte dos agentes do Estado e seus apoiadores para expressar a determinação de afastar do cenário público comunistas, socialistas, trabalhistas e nacionalistas de esquerda.

Enfim, no dia 28 de abril de 1969, o nome da professora Marina São Paulo de Vasconcellos foi publicado no *Diário Oficial da União* em uma lista que aposentava compulsoriamente 24 professores da UFRJ. Se forem contabilizados desde os primeiros expurgos, com o Ato Institucional nº 1, ainda em abril de 1964, ao todo foram 45 professores da UFRJ afastados. Alguns deles foram presos, como a própria professora Marina São Paulo de Vasconcellos, além das historiadoras Maria Yedda Linhares e Eulália Lobo, os físicos José Leite Lopes e Plínio Sussekind, entre outros intelectuais.

A aposentadoria compulsória descrita pela reitoria da UFRJ é um mero eufemismo para justificar a expulsão de seus professores, intelectuais renomados, muitos pesquisadores prestigiados internacionalmente, como o médico, filósofo, geógrafo e diplomata Josué de Castro e o antropólogo Darcy Ribeiro. A professora Marina São Paulo de Vasconcellos foi literalmente escorraçada de dentro do IFCS e expulsa da instituição que a formou e a que ela dedicou uma vida inteira de pesquisa. Como narrou Ribeiro (2008, p. 35), "a polícia cercou o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e prendeu a professora Marina, no dia 13 de junho de 1969, não permitindo que ela retirasse os seus pertences pessoais do Gabinete de Antropologia". Ela foi presa por ocasião da visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, representante do presidente estadunidense Richard Nixon. Com receio de haver manifestações contrárias, o governo militar brasileiro deu ordem de prisão para diversos nomes ligados ou não a movimentos intelectuais de oposição. Segundo a professora Eulália Lobo (1992, p. 92), que ficou presa durante uma semana, também por conta da visita de Rockefeller ao Brasil, ocorreu uma "operação gaiola, assim prenderam todo mundo que não queriam que falasse com o Rockefeller" (Lobo, 1992, p. 92).

A professora Marina São Paulo de Vasconcellos permaneceu presa por seis dias no presídio feminino São Judas Tadeu, na rua da Relação, nº 30, no Centro do Rio de Janeiro. Destaca-se que no tempo em que ela esteve presa ficou desaparecida. Seu paradeiro só foi descoberto após uma intensa busca de seus ex-

alunos, e a importante ajuda de um militar de alta patente que era parente de um de seus ex-alunos (Ribeiro, 2008, p. 35).

Cabe salientar que o IFCS, ainda em dezembro de 1969, foi transferido para o Largo de São Francisco para ocupar o prédio da antiga Escola Politécnica da UFRJ, que havia se mudado para a Cidade Universitária, na Ilha do Fundão. O IFCS começou, então, no novo endereço, já com grande parte de seu corpo docente cassado e os cursos desestruturados.

> O IFCS ficou bastante enfraquecido, não só o departamento de História, mas os departamentos de Antropologia e de Filosofia. O que aconteceu foi que não havia pessoas disponíveis para substituir os que saíram. Houve um declínio de qualidade, que se reflete inclusive num catálogo publicado pela universidade (Lobo, 1992, p. 92).

Como narrou Eulália Lobo (1992, p.92), com a cassação dos docentes, o IFCS ficou paralisado, e, mesmo estando em um novo endereço, perdeu a força da pesquisa que os intelectuais expulsos se empenharam em produzir, havendo um grande declínio da produtividade. Até a biblioteca permaneceu fechada, sendo reaberta apenas em 1979, com o retorno e empenho da professora Lobo no pós-anistia. Tal relato pode ser corroborado com a reportagem (figura 7) do jornal *Correio da Manhã,* de 1º de maio de 1969, em que trouxe na manchete a denúncia que as "Aposentadorias param escolas", narrando a situação da carência de professores em várias unidades da UFRJ que provou não somente o esvaziamento científico, mas a ausência de um corpo docente qualificado e disponível para lecionar nos cursos.

Mesmo tendo realizado a operação limpeza, o monitoramento sobre o IFCS pelos órgãos de segurança nacional e por parte da gestão da UFRJ continuou ao longo dos anos 1970, como pode ser observado no documento abaixo, apresentado na figura 8. Trata-se de um Ofício, de número 55, do Serviço Nacional de Informação (SNI),[10] com data de 3 de agosto de 1970, tendo como assunto o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[10] O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341 de 13 de junho de 1964, durante a ditadura civil-militar, com o objetivo de coordenar e supervisionar as atividades de informação e contrainformação em todo o país, com foco especial na segurança nacional. Funcionava como um órgão de espionagem e repressão, monitorando cidadãos e instituições, tanto dentro como fora do país.

FIGURA 7 - APOSENTADORIAS PARAM ESCOLAS. *CORREIO DA MANHÃ*, 23325 (1), 1º MAIO 1969, P. 5.HTTP://MEMORIA.BN.GOV.BR/DOCREADER/089842_07/101226.

APOSENTADORIAS PARAM ESCOLAS

Em face da aposentadoria do professor Augusto de Araújo Lopes Zamith, diretor da Escola de Química, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sòmente ontem foram realizadas as aulas daquela unidade, suspensas na segunda e terça-feira. Deverá assumir a direção da Escola o professor Raphael de Barros.

O Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da mesma universidade, que teve um grande número de professôres atingidos pela investigação sumária realizada no Ministério da Educação e Cultura, está praticamente paralisado nos cursos de Ciências Sociais e História, que apresentam maior número de aposentadorias.

COMISSÃO

A comissão de investigação do MEC foi constituída do diretor do Serviço de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura, general Waldemar Torres; do diretor do Departamento Nacional de Educação (DNE), professor Jorge Boaventura, e do professor Hélio Avelar, do Colégio Pedro II.

Segundo se informa, os processos para a investigação sumária são baseados em dados e fatos concretos, apurados pelos membros da comissão e enviados por diversos setores educacionais e governamentais.

A maior parte dos professôres aposentados, ou seja, 50%, são da antiga Faculdade Nacional de Filosofia e pertencentes ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, atuando no campo da Sociologia e da História. Entre êles então Eliza Esther Frota Pessoa, Eulália Maria Lamaheyer Lôbo, Guy José Paulo de Holanda, Lincoln Bicalho Roque, José Américo da Mota Pessanha, Maria Yedda Leite Linhares, Marina São Paulo Vasconcellos, Miriam Limoeiro Cardoso Lins, Moema de Oliveira Toscano, Maria Cecília Tôrres Bandeira e Mariza Coutinho.

A Escola de Belas-Artes teve três professôres atingidos: Abelardo Zaluar, Quirino Campofiorito e Mário Antônio Barata, que com outros mestres faziam parte do grupo renovador (modernistas) que dava maioria na congregação, agora superada pelo grupo acadêmico.

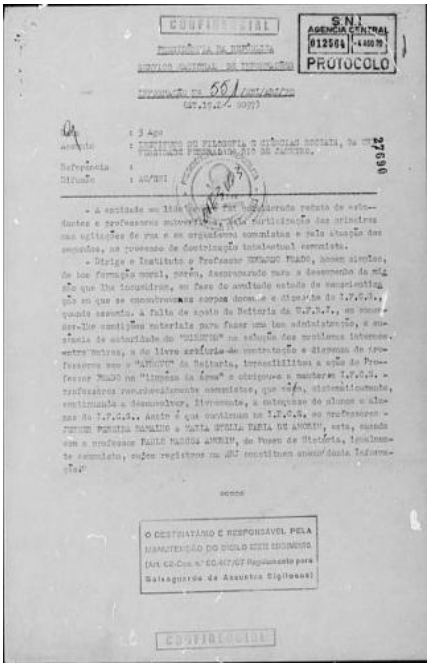
Os professôres Alberto Latorre de Faria, da Escola de Educação Física e Desportos e da Diretoria do Ensino Superior do MEC, e Hélio Marques da Silva, ex-presidente do Sindicato dos Professôres da Guanabara, já haviam sido cassados, porém não foram aposentados.

Da Faculdade de Direito foi aposentado o professor Carlos Alberto Portocarrero de Miranda e, da área do ensino médio, o ex-diretor do Colégio Pedro II e chefe do Departamento de História, o professor Roberto Accioly. Da área científica o professor João Cristóvão Cardoso, ex-presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, do Instituto de Física da PUC e diretor do Instituto de Química da UFRJ, por nomeação do reitor Raimundo Moniz de Aragão; professor José Leite Lopes, diretor pro tempore do Instituto de Física da UFRJ até há pouco, e membro da Escola Latino-Americana de Física e Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas. Sua espôsa, Maria Laura Mourinho Leite Lopes, professôra de Matemática, também foi aposentada, assim como o professor Plínio Sussekind da Rocha, da antiga Faculdade de Filosofia. O professor Jaime Tiomno, que também pertenceu à Faculdade Nacional de Filosofia, mas que se encontra em São Paulo, também está na relação publicada. O professor Bolívar Lamounier, do Instituto de Pesquisas da Cândido Mendes, e colaborador da Secretaria de Ciência e Tecnologia da GB, também foi aposentado.

O citado documento descreveu o IFCS como uma entidade que sempre foi considerada um reduto de estudantes e professores subversivos pela participação dos primeiros nas agitações de rua e em organismos comunistas, e pela atuação dos segundos no processo de doutrinação intelectual comunista. Além disso, tratava da dificuldade do então diretor do IFCS, Eduardo Prado, por falta de autoridade em desempenhar seu trabalho como gestor da unidade a fim de expulsar dois professores: Jether Pereira Ramalho e Maria Stella Faria de Amorim (mencionada anteriormente em entrevista concedida sobre a Marina São Paulo de Vasconcellos), ambos considerados "comunistas" e promotores da "catequese dos alunos". Este trecho demonstra que mesmo depois de ter expulsado 45 professores da instituição, o controle e a coerção permaneciam constantes no ambiente universitário, o que perdurou ao longo da ditadura civil-militar

Por fim, a partir de 1971 foi inaugurado um novo expediente censório, de patrulhamento e de coerção dentro das instituições de ensino e pesquisa. Com a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESIs), criou-se um mecanismo específico para monitorar, vigiar e, sobretudo, levantar informações dentro de cada instituição de ensino superior, como analisaram Müller e Fagundes (2014, p. 46).

FIGURA 8 – INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS. 3 AGO. 1970. SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. ARQUIVO NACIONAL.BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_70027690_D0001DE0002.PDF.



Seja como for, mesmo sendo protagonista na consolidação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro, sobretudo no desenvolvimento da Antropologia como ciência autônoma, incentivando novas pesquisas e pesquisadores, nada impediu que a professora Marina São Paulo de Vasconcellos fosse proibida de pisar na Universidade, impedida de lecionar em qualquer instituição por conta do Decreto Lei 477, com os seus direitos civis e políticos cassados, isolada de todos os colegas de trabalho e alunos. Com a sua saúde física e mental abatida, em 1973, Marina de Vasconcellos foi hospitalizada com aneurisma cerebral e em 12 de fevereiro de 1973, no Hospital dos Servidores Públicos do Rio de Janeiro, após um erro do anestesista durante a cirurgia, a intelectual acabou falecendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho mostra como Marina São Paulo de Vasconcellos que era bacharel em Direito, professora de História e Geografia, com curso de Aperfeiçoamento em Antropologia, se tornou uma importante cientista social brasileira,

a primeira e única mulher a ocupar a cátedra de Antropologia e Etnografia da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Pioneira em transformar as Ciências Sociais, sobretudo a Antropologia, em ciência autônoma no Rio de Janeiro, ela liderou novos temas de pesquisa e incentivou novas gerações de pesquisadores e estudantes a se dedicarem às Ciências Sociais.

Mesmo impactada pela repressão na Universidade, nada a impediu de lutar pelos direitos dos estudantes e de seus colegas professores como gestora na FNFi e no IFCS. Sofreu muito com a perseguição, o patrulhamento, a cassação e com sua prisão durante a ditadura civil-militar; impedida de ensinar dentro da instituição que a forjou como cientista, acabou adoecendo e morrendo aos 60 anos de idade. Sua morte tem uma relação direta com o impacto da ditadura na UFRJ na sua vida, interrompendo muitos de seus projetos, mas jamais seu legado.

A maioria dos professores cassados pela UFRJ durante a ditadura civil-militar conseguiu retornar para a instituição no processo de redemocratização na década de 1980. Em 1979, houve uma cerimônia simbólica organizada pela recém-criada Associação de Docentes da UFRJ para homenagear todos aqueles professores e professoras que foram aposentados de forma compulsória da Universidade e pressionar para que a instituição promovesse o retorno de todos aqueles que desejassem voltar. No entanto, falecida em 1973, Marina São Paulo de Vasconcellos nunca retornou para lecionar nas salas do IFCS, nem para pesquisar em seus laboratórios. Por toda a sua dedicação à UFRJ, ao IFCS e às Ciências Sociais, a Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, em 1979 (ano da Lei de Anistia), concedeu o seu nome à Biblioteca do Instituto, que atualmente abriga o acervo bibliográfico originário da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde havia expressivas obras clássicas das Ciências Humanas e da Filosofia, algumas delas originais e raras, essenciais para os estudiosos da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia, sendo doação dos professores para Biblioteca, como a Coleção Marina São Paulo de Vasconcellos, doada pela família da professora. Ou seja, a Biblioteca é composta por todos os lugares de memória que atravessaram a trajetória de Marina, presente não apenas nas memórias do Instituto e da Universidade, mas contribuindo para formar novas gerações de antropólogos(as), sociólogos(as), cientistas políticos(as), filósofos(as) e historiadores(as).

REFERÊNCIAS

Bomeny, H. (1993). A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois. FGV.

Casses, O. (1969). Prontuários dos Professores. Ofício 171. MEC/DSI. Arquivo Nacional.

Correio da Manhã. (1962).

Correio da Manhã. (1969). Aposentadorias param escolas.

Cunha, L. A. (2007) A universidade reformada: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior. UNESP.

Ferreira, M. M. (2013). A História como ofício: a construção de um campo disciplinar. Editora FGV.

Ferreira, M. M. (2014) Ditadura militar, universidade e ensino de história: da Universidade do Brasil à UFRJ. Ciência e Cultura, (4), 32-37.

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. (1970). Serviço Nacional de Informações. Arquivo Nacional.

Liblik, C. S. F. K. (2015). A formação e a profissionalização de historiadoras universitárias brasileiras (1960-1980). História Oral, (2), 7-34.

Liblik, C. S. F. K. (2017). Uma história toda sua: trajetórias de historiadoras brasileiras (1934-1990). [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Paraná].

Lobo, E. M. L. (1992). Entrevista concedida à Ângela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas. Estudos Históricos, (9), 84-96.

Lobo, E. M. L. (2003). Entrevista concedida a Cezar Honorato e Lana Lage. Revista Rio de Janeiro, (10), 234-250.

Maggie, Y. (2012) A vida como ela parece ser: para Gilberto Velho. Portal G1.

Maia, T. A. (2014). Os intelectuais no Ministério da Educação e Cultura em tempos autoritários (1966-1982). In J. M, Cordeiro, I. C. Leite, D. O. da Silveira & D. A. Reis (Eds.), À sombra das ditaduras: Brasil e América Latina (pp. 51-65). Mauad.

Motta, R. P. S. (2014). As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária. Zahar.

Müller, A. & Fagundes, P. E. (2014). O trabalho das comissões da verdade universitárias: rastreando vestígios da repressão nos campi durante a ditadura militar. Ciência e Cultura, 66 (4), 44-47.

Permanência no ICS. (1966). Correio da Manhã, (A22318), 10.

Perrot, M. (2019). Minha história das mulheres. Contexto.

Ribeiro, A. M. M. (2008). Marina de Vasconcellos e as ciências sociais cariocas: a perspectiva dos círculos sociais. História, Ciências, Saúde. Fiocruz, (15), 17-41.

Ribeiro, A. M. M. (2015). Heloísa Alberto Torres e Marina de Vasconcellos: pioneiras na formação das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. Editora UFRJ.

SCOTT, J. W. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 20 (2), 71-99.

Queiroz, A. C. B. (2018). A memória institucional e os impactos da repressão na UFRJ (1964-1985). Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e parcerias.

Queiroz, A. C. B. (2021a). Historiadoras contra a ditadura civil-militar. In A. C. N. Maia (Eds.) Recortes do feminino: cristais de memória e histórias de mulheres nos arquivos do tempo (pp. 210-218). Telha.

Queiroz, A. C. B. (2021b). As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. Tempo, (27)1, 184-203.

Queiroz, A. C. B.; Paes, F. W. (2022). Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão. Projeto Galeria dos Reitores da UFRJ. 1-8.

Velho, G. (2001). Entrevista com Gilberto Velho. Entrevistadores: Celso Castro, Lúcia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. Estudos Históricos, (28), 183-210.